

Razão Social: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cnpj/ Cpf:61123374600 Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves,58 Sala 01 Centro Município: Mogi das Cruzes Cep:08710-170 Uf: Sp Resp. Legal: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cpf:611.233.746-00 Resp. Técnico: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cpf:611.233.746-00 Cbo:06310 Conselho Prof: Cro No. Inscr.:65. 945 Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.116/15 Data de Protocolo:04/11/2015 Cevs:353060790-863-000424-1-2 Data de Validade:07/12/2016 Razão Social: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cnpj/ Cpf:61123374600 Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves,58 Sala 01 Centro Município: Mogi das Cruzes Cep:08710-170 Uf: Sp Resp. Legal: Cpf: Resp. Técnico: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cpf:611.233.746-00 Cbo:06310 Conselho Prof: Cro No. Inscr.:65. 945 Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.117/14 Data de Protocolo:30/10/2014 Cevs:353060790-863-001456-1-0 Data de Validade:11/02/2017 Razão Social: Marcelo José Da Silva Barros Cnpj/ Cpf:27283407812 001 Endereço: Rua Koheiji Adachi,120 Jardim Camila Município: Mogi das Cruzes Cep:08720-380 Uf: Sp Resp. Legal: Marcelo José Da Silva Barros Cpf:272.834. 078-12 Resp. Técnico: Marcelo José Da Silva Barros Cpf:272.834.078-12 Cbo:06310 Conselho Prof: Cro No. Inscr.:74.603 Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.117/15 Data de Protocolo:04/11/2015 Cevs:353060790-863-001594-1-7 Data de Validade:07/12/2016 Razão Social: Rosângela Aparecida Caldas Ribeiro Cnpj/ Cpf:61123374600 001 Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves,58 Sala 2 Centro Município: Mogi das Cruzes Cep:08710-170 Uf: Sp Resp. Legal: Cpf: Resp. Técnico: Marcelo José Da Silva Barros Cpf:272.834.078-12 Cbo:06310 Conselho Prof: Cro No. Inscr.:79380 Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.190/15 Data de Protocolo:20/11/2015 Cevs:353060790-863-002247-1-5 Data de Validade:15/02/2017 Razão Social: Ceoot-Centro Esp.Em Oftalmo. Ortop. Traumato Mogi das Cruzes Cnpj/Cpf:10329618000153 Endereço: Rua: Victorio Partenio,117 Vila Partenio Município: Mogi das Cruzes Cep:08780-410 Uf: Sp Resp. Legal: Reinaldo Burnato Cpf:015.856.279-84 Resp. Técnico: Reinaldo Burnato Cpf:015.856.279-84 Cbo: Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.202/15 Data de Protocolo:24/11/2015 Cevs:353060790-863-000219-1-1 Data de Validade:03/02/2017 Razão Social: Célia Maria de Campos Razé Cnpj/ Cpf:03251818880 Endereço: Rua Presidente Campos Salles,171 Centro Município: Mogi das Cruzes Cep:08710-630 Uf: Sp Resp. Legal: Célia Maria de Campos Razé Cpf:032.518.188-80 Resp. Técnico: Célia Maria de Campos Razé Cpf:032.518.188-80 Cbo: Conselho Prof: No. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.218/14 Data de Protocolo:27/11/2014 Cevs:353060790-863-000121-1-4 Data de Validade:11/02/2017 Razão Social: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cnpj/ Cpf:25606725886 Endereço: Rua Koneiji Adachi,120 Vila Caputera Município: Mogi das Cruzes Cep:08720-580 Uf: Sp Resp. Legal: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cpf:256.067. 258-86 Resp.Técnico: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cpf:256.067.258-86 Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.219/14 Data de Protocolo:27/11/2014 Cevs:353060790-863-001591-1-5 Data de Validade:11/02/2017 Razão Social: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cnpj/ Cpf:25606725886 003 Endereço: Rua Izolina Bonise,243 Jardim Ivete Município: Mogi das Cruzes Cep:08738-080 Uf: Sp Resp. Legal: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cpf:256.067. 258-86 Resp.Técnico: Clarice de Lourdes da Silva Barros Cpf:256.067.258-86 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.228/15 Data de Protocolo:27/11/2014 Cevs:353060790-863-00039-1-3 Data de Validade:03/02/2017 Razão Social: Ricardo Baltazar Harada Cnpj/Cpf:13910827888 001 Endereço: Rua Vida e Arte,51 Jardim Rincão Município: Arujá Cep:00000-000 Uf: Sp Resp. Legal: Ricardo Baltazar Harada Cpf:139.108.278-88 Resp. Técnico: Ricardo Baltazar Harada Cpf:139.108.278-88 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.257/15 Data de Protocolo:08/12/2015 Cevs:350390190-863-000170-1-9 Data de Validade:03/02/2017 Razão Social: Ricardo Baltazar Harada Cnpj/Cpf:13910827888 001 Endereço: Rua Vida e Arte,51 Jardim Rincão Município: Arujá Cep:00000-000 Uf: Sp Resp. Legal: Ricardo Baltazar Harada Cpf:139.108.278-88 Resp. Técnico: Ricardo Baltazar Harada Cpf:139.108.278-88 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.247/15 Data de Protocolo:04/12/2015 Cevs:350390190-863-000170-1-9 Data de Validade:03/02/2017 Razão Social: Hugo Miyatake Cnpj/Cpf:04975326892 Endereço: Rua Montevideu,12 Jardim Rincão Município: Arujá Cep:07400-000 Uf: Sp Resp. Legal: Hugo Miyatake Cpf:049.753.268-92 Resp. Técnico: Hugo Miyatake Cpf:049.753.268-92 Cbo: Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.305/14 Data de Protocolo:23/12/2014 Cevs:351830590-861-000006-1-2 Data de Validade:15/04/2016 Razão Social: Santa Casa de Misericórdia de Guararema Cnpj/ Cpf:48517932000132 Endereço: Praça Botelho Egas,11 Centro Município: Guararema Cep:08900-000 Uf: Sp Resp. Legal: Vicente Antonio Mariano Cpf:513.674.248-87 Resp. Técnico: Luiz Marcos Ribeiro Cpf:323.647.766-00 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.307/14 Data de Protocolo:23/12/2014 Cevs:351830590-861-000006-1-2 Data de Validade:15/04/2016 Razão Social: Santa Casa de Misericórdia de Guararema Cnpj/ Cpf:48517932000132 Endereço: Praça Botelho Egas,11 Centro Município: Guararema Cep:08900-000 Uf: Sp Resp. Legal: Vicente Antonio Mariano Cpf:513.674.248-87 Resp. Técnico: Luiz Marcos Ribeiro Cpf:323.647.766-00 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.316/15 Data de Protocolo:30/12/2015 Cevs:353060790-865-000139-1-9 Data de Validade:15/02/2017 Razão Social: Centro de Ortopedia Fraturas Fisioterapia Ipiranga Ltda Cnpj/Cpf:52372968000142 Endereço: Rua Barão de Jaceguai,1.708 4º Andar SI 43 - 44 Monte Libano Município: Mogi das Cruzes Cep:08780-100 Uf: Sp Resp. Legal: Mauro Tetsuo Higuchi Kuroba Cpf:048.166.928-00 Resp. Técnico: César Augusto Calonego Cpf:112.823.828-45 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Comunicado de Deferimento Referente A: Protocolo:001.0725.001.316/2015 Data de Protocolo:30/12/2015 Cevs:353060790-865-000140-1-0 Data de Validade:15/02/2017 Razão Social: Centro de Ortopedia Fraturas Fisioterapia Ipiranga

Ltda Cnpj/Cpf:52372968000142001 Endereço: Rua Barão de Jaceguai,1.708 4º Andar SI 43 44 Monte Libano Município: Mogi das Cruzes Cep:08780-100 Uf: Sp Resp. Legal: Mauro Tetsuo Higuchi Kuroba Cpf:048.166.928-00 Resp. Técnico: César Augusto Calonego Cpf:112.823.828-45 Cbo: Conselho Prof: No. Inscr.: Uf: Sp. Alteração de Endereço - Deferido Processo 001.0725.001.241/15 - Elisa Sakae Nonaka - Consultório Odontológico com Apararelho de Rx - Mogi das Cruzes.

GRUPO DE VIGILÂNCIA X - OSASCO
Despachos do Diretor Técnico de Saúde II - Substituto, de 1-3-2016

Área: Produtos para Saúde
Processo 001.000726.00023/2012 - Prefeitura do Município de Barueri
Deferindo:
A solicitação de 30 (trinta) talonários de notificação de receita de Talidomida para o Grupo Técnico de Vigilância Sanitária do Município de Barueri, com a sequência numérica: 88.001 a 88.200 e 4891 a 5.000
Processo 001.0105.00283/2006 - Prefeitura do Município de Barueri
50 (cinquenta) talonários de Notificação de Receita A, para o Grupo Técnico de Vigilância Sanitária do Município de Barueri, contendo 20 folhas cada com as sequencias numéricas: 34.601 a 35.600 serie E
Processo 001.105.0315/2006 - Prefeitura do Município de Osasco
30 (trinta) talonários de Notificação de Receita A, contendo 20 folhas cada, para o Grupo de Vigilância Sanitária do município de Osasco –com a sequência numérica: 34.001 a 34.600 serie E

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIII - ASSIS
Despacho do Diretor(a) do GVS-XIII de Assis, de 1-3-2016

Deferindo, o processo de Comunicação de Início de Fabricação de Produtos Dispensado de Registro abaixo relacionado, por estar em condição de funcionamento e comercialização, de acordo com a Resolução 23/00 e RDC 27/2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Comunicado de Dispensação de Registro:
Empresa Detentora e Fabricante do Produto(s)/Marca(s):
Robert Stanley Adair - Me
CNPJ: 09.610.169/0001-38
End: Rodovia Raposo Tavares, Km 336,5
Bairro: Paraguai
Município: Bernardino de Campos -Sp
Processo 001-0714-00037/2015
Categoria: 4000009 - Vegetais em Conserva (Palmito).
Produto:01- Spaghetti de Palmito Pupunha.
Tipo de Embalagem:01-Pote de Vidro - Peso Líquido/Drenado 530G/300G.
Marca: Santa Cecília Palmito de Pupunha.
Categoria: 4000009 - Vegetais em Conserva (Palmito).
Produto:02- Lâminas de Lasanha de Palmito Pupunha.
Tipo de Embalagem:01-Pote de Vidro -Peso Líquido/Drenado 530G/300G.
Marca: Santa Cecília Palmito de Pupunha.
Categoria: 4000009 - Vegetais em Conserva (Palmito).
Produto:03- Escabeche de Palmito Pupunha.
Tipo de Embalagem: Pote de Vidro, Peso Drenado 280G.
Marca: Santa Cecília Palmito de Pupunha.

Despacho do Diretor do GVS-XIII de Assis, de 1-3-2016

Deferindo, o processo de Comunicação de Início de Fabricação de Produtos Dispensado de Registro abaixo relacionado, por estar em condição de funcionamento e comercialização, de acordo com a Resolução 23/00 e RDC 27/2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Comunicado de Dispensação de Registro:
Empresa Detentora e Fabricante do Produto(s)/Marca(s):
Gobeche Indústria e Comércio de Chocolates Ltda
CNPJ: 11007686/0001-69
End: Rodovia Plácido Lorenzetti Km 02
Bairro: Centro
Município: Santa Cruz do Rio Pardo
Processo 001-0714-00039/2015
Categoria: 4100166 - Produtos Cacau Chocolate.
Produto: 1- Chocolate em Pó 33% 200G.
Embalagem:1-Saco de Polietileno/Poliéster (Primária).
2-Caixa de Papel Cartão (Segundária).
3-Caixa de Papelão (Terciária).
Marca: Gobeche.
Categoria: 4100166 - Produtos Cacau Chocolate.
Produto: 2- Chocolate em Pó 50% 200G.
Embalagem:1-Saco de Polietileno/Poliéster (Primária).
2-Caixa de Papel Cartão (Segundária).
3-Caixa de Papelão (Terciária).
Marca: Gobeche.
Categoria: 4100166 - Produtos Cacau Chocolate.
Produto: 3- Cacau em Pó 100% 200G.
Embalagem:1-Saco de Polietileno/Poliéster (Primária).
2-Caixa de Papel Cartão (Segundária).
3-Caixa de Papelão (Terciária).
Marca: Gobeche.
Categoria: 4300186 - Alimentos para Dietas com Ingestão Controlada de Açúcares.
Produto: 4- Chocolate em Pó Diet 200G.
Embalagem:1-Saco de Polietileno/Poliéster (Primária).
2-Caixa de Papel Cartão (Segundária).
3-Caixa de Papelão (Terciária).
Marca: Gobeche.
Categoria: 4100166 -Produtos Cacau Chocolate.
Nome Produto: 5- Achocolatado Fonte 7 Vitaminas e Ferro 400G.
Produto: Achocolatado em Pó.
Embalagem:1-Saco de Polietileno/Poliéster (Primária).
2-Caixa de Papel Cartão (Segundária)
3-Caixa de Papelão (Terciária).
Marca: Gobeche.

Despacho do Diretor do GVS-XIII de Assis, de 1-3-2016

Deferindo, o processo de Comunicação de Início de Fabricação de Produtos Dispensado de Registro abaixo relacionado, por estar em condição de funcionamento e comercialização, de acordo com a Resolução 23/00 e RDC 27/2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Comunicado de Dispensação de Registro:
Empresa Detentora e Fabricante do Produto(s)/Marca(s):
Industrial e Comercial Marvi Ltda.
CNPJ: 53.408.654/0001-15
End: Rod. Mello Peixoto-São Paulo - Paranã- Km 376
Bairro: Jardim Paris
Município: Ourinhos
Processo 001-0714-00038/2015
Categoria: 4200098 -Mistura para o Peparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo.
Produto:1- Cobertura Skimo Magic -Aromatizado Artificialmente.
Embalagem:01- Frasco Plástico -245G.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200098 -Mistura para o Peparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo.
Produto:2- Pó Para Preparo de Gelados Comestíveis Sabor Amora Aromatizado e Colorido Artificialmente.
Embalagem:01-Pote Plástico -100G. 2-Saco Plástico Metelizado 1Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 12Kg.
4-Saco Plástico Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200098 -Mistura para o Peparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo.

Produto:3- Pó Para Preparo de Gelados Comestíveis Sabor Cheesecake Aromatizado Artificialmente.
Embalagem:01-Pote Plástico -100G. 2-Saco Plástico Metelizado 1Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 12Kg.
4-Saco Plástico Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200098 -Mistura para o Peparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo.

Produto:4- Pó Para Preparo de Gelados Comestíveis Sabor Cappiccino Aromatizado e Colorido Articialmente.
Embalagem: 01-Pote Plástico -100G.2-Saco Plástico Metelizado 1Kg.3-Saco Plástico+ Papel Multifolhado 12Kg.
4-Saco Plástico+ Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200098 -Mistura para o Peparo de Alimentos e Alimentos Prontos para o Consumo.

Produto:5- Pó Para Preparo de Gelados Comestíveis Sabor Toffee Aromatizado e Colorido Artificialmente.
Embalagem: 01-Pote Plástico -100G.2-Saco Plástico Metelizado 1Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 12Kg.
4-Saco Plástico Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:6 -Estabilizantes M3 Liga Neutra Artesanal.
Embalagem: 01-Saco Plástico Metalizado -1Kg. 2-Saco Plástico+ Papel Multifolhado 5Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 10Kg.
4-Saco Plástico + Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:7 -Estabilizantes M5 Liga Neutra Artesanal.
Embalagem: 01-Saco Plástico Metalizado -1Kg. 2-Saco Plástico+ Papel Multifolhado 5Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 10Kg.
4-Saco Plástico Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:8-Estabilizantes M110 Liga Neutra Artesanal
Embalagem: 01-Saco Plástico Metalizado -1Kg. 2-Saco Plástico+ Papel Multifolhdho 5Kg.3-Saco Plástico+Papel Multifolhado 10Kg.
4-Saco Plástico Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:9- Estabilizantes e Emulsificante Mi 2000.
Embalagem: 01-Saco Plástico+Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:10 -Estabilizantes e Emulsificante Mi 2000S.
Embalagem: 01-Saco Plástico+Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:11 -Estabilizantes e Emulsificante Mi 2000B.
Embalagem: 01-Saco Plástico+Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:12 -Estabilizantes e Emulsificante Mi 2000X.
Embalagem: 01-Saco Plástico+Papel Multifolhado 25Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:13 -Emulsificante Marvigel Plus.
Embalagem: 01-Pote Plástico 850G, -2 Balde Plástico 3Kg, -3 Balde Plástico 10Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200047 -Aditivos Alimentares.
Produto:14 -Emulsificante Marvigel St.
Embalagem: 01-Pote Plástico 850G, -2 Balde Plástico 3Kg, -3 Balde Plástico 10Kg.
Marca: Marvi.

Categoria: 4200098 -Alimentos Prontos para o Consumo.
Produto:15 -Biscoito Doce Mix, Aromatizado e Colorido Artificialmente.
Embalagem: 01-Caixa de Papelão com 30 Saches Bopp 3,15Kg.
Marca: Marvi.
Categoria: 4200098 -Alimentos Prontos para o Consumo.
Produto:16 -Biscoito Doce Chocolate, Aromatizado Artificialmente.
Embalagem: 01-Caixa de Papelão com 6,3Kg.
Marca: Marvi.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XIX - MARÍLIA

Despacho da Diretora, de 1-3-2016
Arquivando:
P. 001/0724/000.040/2015 – Mauricio Kuniyoshi – “Bar do Mauricio” – ref. AIF 003292 e AIP de Advertência 009990. Marília-SP

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXI - PRESIDENTE PRUDENTE

Comunicado
Comunicado de concessão de autorização para comercialização do medicamento Roacutam, à base de Isotretinoína - SP, Naor - Presidente Prudente - UF: SP No de Protocolo 34248/2016, de 29-02-2016, CEVS 353920216-477-000024-1-0, Data de Validade 17-06-2016, Razão Social: Orlando Bertasso Junior & Cia Ltda-Me, CNPJ 17.952.278/0001-61 Endereço: Rua Rui Barbosa, 1104 Centro, município de Pirapozinho UF: SP, CEP 19.200-000 Responsável Legal: Orlando Bertasso Junior, CPF 039.851.158-69, Responsável Técnico: Natalia Rosa Bernardo de Brito, CPF 384.195.558-69; CBO: 06710 conselho profissional CRF-SP No 81507 UF: SP. O Diretor do Grupo de Vigilância Sanitária - XXI defere a Concessão.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXVI - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Despachos do Diretor Técnico, de 29-2-2016
Tornado Público:
Indeferimento do recurso protocolizado em 26-02-2016 referente ao Auto de Infração AIF 026220
Razão Social: Paulo César Menezes Espírito Santo do Pinal - Me
CNPJ: 01.913.272/0001-45
Endereço: Rua Pinheiro Machado, 121- Centro
Município: Espírito Santo do Pinal - SP
Processo: 001.0733.000042/2016

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXXII - ITAPEVA

Despacho da Diretora, de 1-3-2016
01.Termo de Inutilização de Produto - TRM 002395, de 24-02-2016 - Processo 257.70024/97 - Protocolo 31583/16, de 25-02-2016 – Santa Casa de Misericórdia de Itararé/Farmácia Hospitalar - CEVS: 352320690-861-000002-1-3 - CNPJ: 50.055.250/0001-05 - Endereço: Rua São Pedro, 30 - Centro - Município: Itararé - CEP: 18.460-000 - UF: SP - Resp.Técnico: Vanise Amélia Polo Pontes da Silva - CPF: 032.812.189-46 - CRF/SP: 67.547.
Despacho da Diretora, de 1-3-2016
Concedendo, a Prefeitura Municipal de Itaberá/Hospital Municipal de Itaberá/Atendimento Hospitalar - Processo 001.722.000018/2015, o Laudo Técnico de Avaliação Favorável 000.000.002/2016, de 11-02-2016, do estabelecimento localiza da Rua 2 de Maio, 385- Centro - Itaberá/SP, CEP 18.440-000, para o funcionamento do Atendimento Hospitalar - CNAE: 8610-1/01.

Comunicado
01.Recolhimento de Multa - NRM 003580, de 11-01-2016 no valor de 50 Ufesf (R\$ 1.177,50), referente ao AIF 013213, de 05-11-2015/2015 e AIP 002431, de 14-12-2015 - Processo:001.0722.00026/2015 - Razão Social: Prefeitura Municipal de Riversull/Unidade Urgência/Emergência - CNPJ/ CPF: 46.634.416/0001-62 - Endereço: Rua Elvira Biglia, 11 - Centro - Município: Riversul UF: SP - CEP:18.470-000 - Resp. Legal: João Augusto de Oliveira - CPF:087.024.438-80 - Guia Recolhida dentro do Prazo:12/02/2016.

02.Arquivamento de Processo - Processo 001.0722.00026/2015, do estabelecimento: Prefeitura Municipal de Riversull/Unidade Urgência/Emergência, por manter em Estabelecimento de Assistência à Saúde – Unidade de Urgência/Emergência, para uso diário medicamentos com prazo de validade expirado e sem data de prazo de validade, conforme listado abaixo: - 03 frascos Androcordil 500 mg injetável, Lote: 2596388, Validade: 07/15; - 01 frasco Cloridrato de Lidocaina 30 g, Lote: 201311, Validade: 12/14; - 17 cp. Metildopa 250 mg, Lote: 122034, Validade: 11/14; - 20 cp. Propanolol 40 mg, Lote: 120793, Validade: 05/15; - 14 cp. Atenolol 50 mg, Lote: 13661A, Validade: 07/15; - 19 cp. Furosemida 40 mg, Lote: 131247, Validade: 07/15; - 19 cp. Nifedipina 20 mg, Lote: 122216, Validade: 11/14; - 20 cp. Digoxina 0,25 mg, Lote: 130894, Validade: 05/15; - 13 cp. Hidroclorotiazida 25 mg, Lote: 122262, Validade: 12/14; - 10 cp. Cordil 60 mg, Lote: 1392192, Validade: 11/14; - 03 cp. Miacardil e 02 cp. Sulfametaxol, ambos sem lote e validade; - 10 cp. Diazepam 10 mg, sem número do lote e data de validade; - Fenitoína 50 mg/ml – 7 ampolas, Lote: A4029/13, Validade: 09/15; - Colírio Anestésico – Tetracaina 1%, Lote: 38616, Validade: 02/15, sito a Rua Elvira Biglia, 11 - Centro - Município: Riversul UF: SP - CEP:18.470-000. Processo Arquivado no Naor-Itapeva.

03.Recolhimento de Multa - NRM 003581, de 15-01-2016 no valor de 50 Ufesf (R\$ 1.177,50), referente ao AIF 013215, de 07-12-2015 e AIP 002434, de 28-12-2015 - Processo:001.0722.00028/2015 - Razão Social: Prefeitura Municipal de Guapiara/Hospital Municipal Joaquim Raimundo Gomes/ Laboratório de Análises Clínicas - CNPJ/CPF:46.634.275/0001-88 - Endereço: Rua Vinte e Um de Abril, 19 - Centro - Município: Guapiara UF: SP - CEP:18.310-000 - Resp. Legal: Valério Renô Mendes - CPF:247.312.208-31. Guia Recolhida dentro do Prazo:15/02/2016.

04.Arquivamento de Processo - Processo 001.0722.00028/2015, do estabelecimento: Prefeitura Municipal de Guapiara/Hospital Municipal Joaquim Raimundo Gomes/ Laboratório de Análises Clínicas, por não realizar o Controle de Qualidade Externo (ensaios de proficiência). Evidenciado na inspeção sanitária que o laboratório não avalia o desempenho dos sistemas analíticos através de ensaios de proficiência, análise de padrões certificados e comparações interlaboratoriais, como avaliação externa da Qualidade, sito a Rua Vinte e Um de Abril, 19 - Centro - Município: Guapiara UF: SP - CEP:18.310-000. Processo Arquivado no Naor-Itapeva.

05.Arquivamento de Processo - Processo 001.0722.000031/2015, do Estabelecimento: Prefeitura Municipal de Apiaí/Centro de Zoonoses Municipal - CNPJ/CPF: 46.634.242/0001-38 - Endereço: Rua Paulo Boguchekski, s/nº - Município: Apiaí - CEP: 18.320-000 - UF: SP - Resp. Legal/ Representante: Pedro Afonso de Oliveira - CPF: 089.822.968-57, por manter instalação destinada à criação, a manutenção e a reprodução de animais sem condições sanitárias adequadas. Na inspeção sanitária no Centro de Zoonoses foi constatado falta de higiene do local, com presença de muitas fezes dos animais em todas as baias, com cheiro característico e muito forte; presença de moscas, cheiro forte de urina; a ração estava esparramada pelo chão e úmida; presença de um feto morto; os panos onde os cachorros dormem estavam muito sujos. O interessado sofreu a Incoerência de Penalidade de Advertência. Processo Arquivado no Naor de Itapeva.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Contrato de Gestão
Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços - excluindo-se laboratórios- aprovado pela CJ no Processo nº001/0100/000.366/2006.

CONTRATO DE GESTÃO
PROCESSO Nº 001.0500.000.048/2015
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, PARA REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado da Saúde, Dr. David Everson Uip, brasileiro, casado, médico portador do RG nº 4.509.000-2, CPF nº 791.037.668-53, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a OSS – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPDM com CNPJ/MF 61.699.567/0001-92, inscrito no CREMESP com nº 903878 com endereço na Rua Napoleão Barros nº 715, Vila Clementina – São Paulo – Capital e com estatuto arquivado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº 416.684, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, neste ato representado por seu Presidente Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG 7.791.138-6, CPF 042.038.438-39, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, e considerando a declaração de dispensa de licitação inserida nos autos do Processo nº 001.0500.000.048/2015, fundamentada no § 1º, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 846/98, combinado com o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos na Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90 , com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de São Paulo, em especial o seu artigo 218 e seguintes, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE cujo uso fica permitido pelo período de vigência do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1- O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde no AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE, em conformidade com os Anexos Técnicos que integram este instrumento.
2- O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.
3- Fazem parte integrante deste CONTRATO:
a) Anexo Técnico I – Descrição de Serviços
b) Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento
c) Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade
CLÁUSULA SEGUNDA
OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas nos Anexos e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e estadual que regem a presente contratação, as seguintes:

1- Prestar os serviços de saúde que estão especificados no Anexo Técnico I - Prestação de Serviços à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, conforme determina a Lei Complementar nº 971/2005 e de acordo com o estabelecido neste contrato.

2- Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS e do IAMSPE (Lei Complementar nº 971/2005) no estabelecimento de saúde cujo uso lhe fora permitido, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei Complementar nº 846/98;

3- Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes nesta capital do Estado de São Paulo, o registro da região da cidade onde residem (Centro, Leste, Oeste, Norte ou Sul);

4- Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a Lei Complementar nº 846/98, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

4.1- A responsabilidade de que trata o item anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5- Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;

6- Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público;

6.1- Comunicar à instância responsável da CONTRATANTE todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;

7- Transferir, integralmente à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social de Saúde, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no AMBULATORIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE cujo uso lhe fora permitido;

8- Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta avença;

9- Instalar no AMBULATORIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE cujo uso lhe fora permitido, "Serviço de Atendimento ao Usuário", devendo encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde relatório mensal de suas atividades, conforme o disposto nos Anexos deste Contrato de Gestão;

10- Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados;

11- Em se tratando de serviço de hospitalização informar, sempre que solicitado, à CONTRATANTE, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizado o serviço de atendimento da "Central de Vagas do SUS" (plantão controlador), bem como indicar, em lugar visível do estabelecimento hospitalar, o número de vagas existentes no dia;

11.1- Em se tratando de serviços exclusivamente ambulatoriais, integrar o Serviço de Marcação de Consultas instituído pela Secretaria de Estado da Saúde, se esta assim o definir;

12- Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe fora permitido, seguido pelo nome designativo "Organização Social de Saúde";

13- Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

14- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;

15- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto nos casos de consentimento informado, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Consentido, quando deverá haver manifestação expressa de consentimento do paciente ou de seu representante legal, por meio de termo de responsabilidade pelo tratamento a que será submetido;

16- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

17- Afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e de gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

18- Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato.

19- Em se tratando de serviço de hospitalização, permitir a visita ao paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;

20- Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

21- Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

22- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

23- Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

24- Em se tratando de serviço de hospitalização, possuir e manter em pleno funcionamento:

Comissão de Prontuário Médico;
Comissão de Óbitos;
Comissões de Ética Médica e de Controle de Infecção Hospitalar;

25- Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, Pronto-Socorro ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

1- Nome do paciente
2- Nome da Unidade de atendimento
3- Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado)
4- Motivo do atendimento (CID-10)
5- Data de admissão e data da alta (em caso de internação)
6- Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso
25.1- O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento:

"Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais".

26- Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório a que se refere o item 25 desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente, pelo prazo de 05 (cinco) anos, observando-se as exceções previstas em lei;

27- Em se tratando de serviço de hospitalização assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestantes, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação.

28- Limitar suas despesas com o pagamento de remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais de Saúde a 70% (setenta por cento) do valor global das despesas de custeio das respectivas unidades.

29- A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados das Organiza-

ções Sociais de Saúde não poderão exceder os níveis de remuneração praticados na rede privada de saúde, observando-se a média de valores de, pelo menos, 10 (dez) instituições de mesmo porte e semelhante complexidade dos hospitais sob gestão das Organizações Sociais de Saúde, remuneração esta baseada em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado.

30- A contratada não poderá celebrar contratos de qualquer natureza com empresas que estejam suspensas ou impedidas de licitar/negociar com a Administração Pública, bem como com empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar/contratar com a Administração Pública, e, ainda, com empresas que estejam inscritas no CADIN Estadual.

31- Remeter mensalmente à CONTRATANTE informações dos atendimentos realizados a pacientes contribuintes, beneficiários ou agregados do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE).

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para a execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

1- Prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato;

2- Programar no orçamento do Estado, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto contratual, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra este instrumento;

3- Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante a edição de Decreto e celebração dos correspondentes termos de permissão de uso e sempre que uma nova aquisição lhe for comunicada pela CONTRATADA;

4- Inventariar e avaliar os bens referidos no item anterior desta cláusula, anteriormente à formalização dos termos de permissão de uso;

5- Promover, mediante autorização governamental, observado o interesse público, o afastamento de servidores públicos para terem exercício na Organização Social de Saúde, conforme o disposto na Lei Complementar nº 846/98;

6- Analisar, sempre que necessário e, no mínimo anualmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA
DA AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão, constituída pelo Secretário de Estado da Saúde em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 9º da Lei Complementar nº 846/98, procederá à verificação trimestral do desenvolvimento das atividades e retorno obtido pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, encaminhando cópia à Assembléia Legislativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A verificação de que trata o "caput" desta cláusula, relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA, restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados pela instância responsável da CONTRATANTE e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação trimestral.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão referida nesta cláusula deverá elaborar relatório anual conclusivo, sobre a avaliação do desempenho científico e tecnológico da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os relatórios mencionados nesta cláusula deverão ser encaminhados ao Secretário de Estado da Saúde para subsidiar a decisão do Governador do Estado acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA
DO ACOMPANHAMENTO

A execução do presente Contrato de Gestão será acompanhada pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, através do disposto neste Contrato e seus Anexos e dos instrumentos por ela definidos.

CLÁUSULA SEXTA
DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O prazo de vigência contratual estipulado nesta cláusula não exime a CONTRATANTE da comprovação da existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade da prestação dos serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, especificados no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes neste instrumento, bem como no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, a importância global estimada de R\$ 56.538.091,20 (Cinquenta e seis milhões, quinhentos e trinta e oito mil, noventa e um reais e vinte centavos), sendo que a importância de R\$ 55.489.500,00 (Cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais) corresponde a custeio, e R\$ 1.048.591,20 (Hum milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos) corresponde a investimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Do montante global mencionado no "caput" desta cláusula, o valor de R\$ 7.989.500,00 (Sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais) corresponde ao custeio e R\$ 1.048.591,20 (hum milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos), corresponde a investimento, onerará a rubrica e os itens conforme segue abaixo, no exercício de 2016 cujo repasse dar-se-á na modalidade CONTRATO DE GESTÃO, conforme Instruções TCE/SP nº 01/2008.

CUSTEIO

UGE: 090192
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10 302 0930 4852 0000
NATUREZA DA DESPESA: 33 90 39
FONTE DE RECURSOS: Fundo Estadual de Saúde – Lei 1411/12

INVESTIMENTO

UGE: 090192
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10 302 0930 4852 0000
NATUREZA DA DESPESA: 44 50 42
FONTE DE RECURSOS: Fundo Estadual de Saúde – Lei 1411/12

MÊS	2016	
	CUSTEIO	INVESTIMENTO

Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	256.500,00	1.048.591,20
Abril	446.500,00	-
Maior	636.500,00	-
Junho	950.000,00	-
Julho	950.000,00	-
Agosto	950.000,00	-
Setembro	950.000,00	-
Outubro	950.000,00	-
Novembro	950.000,00	-
Dezembro	950.000,00	-
TOTAL	7.989.500,00	1.048.591,20

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor restante correrá por conta dos recursos consignados nas respectivas leis orçamentárias, dos exercícios subsequentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser por esta aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste CONTRATO DE GESTÃO.

PARÁGRAFO QUARTO

Os recursos financeiros para a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, receitas auferidas por serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social de Saúde e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deverá receber e movimentar exclusivamente em conta corrente aberta em Instituição Oficial os recursos que lhe forem passados pela CONTRATANTE, constando como titular a unidade pública sob sua gestão, de modo a que não sejam confundidos com os recursos próprios da OSS CONTRATADA. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

No primeiro ano de vigência do presente Contrato, o somatório dos valores a serem repassados, referente a custeio, fica estimado em de R\$ 7.989.500,00 (Sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais) sendo que a transferência à CONTRATADA será efetivada mediante a liberação de 10 (dez) parcelas mensais, cujo valor corresponde a um valor fixo (1/10 de 90% do orçamento anual), e um valor correspondente à parte variável do contrato (1/10 de 10% do orçamento anual). O valor de R\$ 1.048.591,20 (hum milhão, quatrocentos e oito mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos) referente a investimento será liberado parcela única.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As parcelas mensais ficam estimadas, conforme Tabela inserida no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima e, serão pagas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As parcelas de valor variável serão pagas mensalmente, junto com a parte fixa do Contrato, e os ajustes financeiros decorrentes da avaliação do alcance das metas da parte variável serão realizados nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro após análise dos indicadores estabelecidos no Anexo Técnico III – Indicadores de Qualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os valores de ajuste financeiro citados no parágrafo anterior serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico II - Sistema de Pagamento, que integra o presente CONTRATO.

PARÁGRAFO QUARTO

Os indicadores do último trimestre do ano serão avaliados no mês de Janeiro do Contrato no ano seguinte.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese da unidade não possuir um tempo mínimo de 03 (três) meses de funcionamento, a primeira avaliação dos Indicadores de Qualidade para efeitos de pagamento da parte variável do CONTRATO DE GESTÃO, prevista no Parágrafo 2º desta Cláusula, será efetivada no trimestre posterior.

CLÁUSULA NONA

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente CONTRATO DE GESTÃO poderá ser aditado, alterado, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Secretário de Estado da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO

A rescisão do presente Contrato obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Verificada qualquer hipótese ensejadora da rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação do decreto de permissão de uso dos bens públicos, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da CONTRATADA, não cabendo à entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização, salvo na hipótese prevista no § 2º do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE, que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, o Estado de São Paulo arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela Organização para execução do objeto deste contrato, independentemente de indenização a que a CONTRATADA faça jus.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATADA, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados, por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da denúncia do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º do artigo 7º da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

PARÁGRAFO TERCEIRO

Da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO

O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa.

PARÁGRAFO QUINTO

A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de a CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DISPOSIÇÕES FINAIS

1- É vedada a cobrança por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares da assistência devida ao paciente.

2- Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à CONTRATADA.

3- Fica acordado que os direitos e deveres atinentes à entidade privada sem fins lucrativos subscritora deste instrumento serão sub-rogados para a Organização Social de Saúde por ela constituída, mediante a instrumentalização de termo de retiratificação ao presente contrato.

4- A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário de Estado da Saúde e ao Governador do Estado, propor a devolução de bens ao Poder Público Estadual, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATO DE GESTÃO será publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 01 de março de 2016.

PROF. DR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA PRESIDENTE - SPDM Testemunhas:	DR. DAVID EVERSON UIP SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
1) _____	2) _____
Nome: _____	Nome: _____
R.G.: _____	R.G.: _____

Anexo Técnico I

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14 de novembro de 2013)

DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

I - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde e do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE (Lei Complementar nº 971/2005), oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, exclusivamente ambulatorial, ou outras).

O Serviço de Admissão da CONTRATADA solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela CONTRATADA serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela CONTRATANTE.

1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

O atendimento ambulatorial compreende:

Primeira consulta
Interconsulta
Consultas subsequentes (retornos)
Procedimentos terapêuticos realizados por especialidade não médicas

Cirurgias ambulatoriais (Cirurgias Maiores Ambulatoriais e cirurgias menores ambulatoriais)

Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Externo

Sessões de tratamento: hemoterapia, litotripsia, hemodiálise, hemodinâmica, radioterapia e quimioterapia.

1.1 Entende-se por primeira consulta, a visita inicial do paciente encaminhado pela rede/UBS-Unidades Básicas de Saúde, ao Ambulatório, para atendimento a uma determinada especialidade médica. No caso de atendimento não médico a primeira consulta deve se dar apenas na especialidade de fisioterapia, quando disponibilizada para unidades externas.

1.2 Entende-se por interconsulta, a primeira consulta realizada por outro profissional em outra especialidade, com solicitação gerada pela própria instituição, tanto no que se refere ao atendimento médico quanto ao não médico.

1.3 Entende-se por consulta subsequente, todas as consultas de seguimento ambulatorial, em todas as categorias profissionais, decorrentes tanto das consultas oferecidas à rede básica de saúde quanto às subsequentes das interconsultas.

1.4 Os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Fisioterapia, Psicoterapia, etc., os mesmos, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como procedimentos terapêuticos realizados (sessões) por especialidade não médicas.

1.5 As consultas realizadas pelo Serviço Social não serão consideradas no total de consultas ambulatoriais, serão apenas informadas conforme as normas definidas pela Secretaria da Saúde.

1.6 Serão consideradas intervenções cirúrgicas ambulatoriais aqueles procedimentos cirúrgicos terapêuticos ou diagnóst

II – ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS
II.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL NO ANO DE 2016 (ESPECIALIDADE MÉDICAS)

CONSULTA MÉDICA	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out		Nov	Dez
Primeira Consulta	-	-	-	868	1.551	1.568	1.900	1.900	1.900	1.900	1.900	1.900	15.387
Interconsulta	-	-	-	248	620	496	600	600	600	600	600	600	4.964
Consulta Subsequente	-	-	-	124	931	2.897	3.704	3.704	3.704	3.704	3.704	3.704	26.176
Total	-	-	-	1.240	3.102	4.961	6.204	6.204	6.204	6.204	6.204	6.204	46.527

MÉDICAS	2016	MÉDICAS	2016
Cardiologia		Neurologia	X
Cirurgia Pediátrica	X	Oftalmologia	X
Dermatologia	X	Otorrinolaringologia	X
Endocrinologia	X	Pneumologia	
Geriatria	X	Reumatologia	X
Ginecologia	X	Urologia	X

II.2 ATENDIMENTO NÃO MÉDICO no ano de 2016

CONSULTA NÃO MÉDICA	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out		Nov	Dez
Primeira Consulta	-	-	-	360	480	820	836	836	836	836	836	836	6.676
Sessões de Fisioterapia	-	-	-	900	1.200	2.300	2.300	2.300	2.300	2.300	2.300	2.300	18.200
Total	-	-	-	1.260	1.680	3.120	3.136	3.136	3.136	3.136	3.136	3.136	24.876

ESPECIALIDADES NÃO MÉDICAS	2016	ESPECIALIDADES NÃO MÉDICAS	2016
Enfermagem	X	Psicologia	X
Farmácia	X	Serviço Social	
Fisioterapia	X	Terapia Ocupacional	X
Fonoaudióloga	X	Odontologia/Buco Maxilo	X
Nutrição	X	Outros	X

II.3 CIRURGIAS AMBULATORIAIS no ano de 2016.

CIRURGIAS AMBULATORIAIS	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out		Nov	Dez
Cirurgia Maior Ambulatorial (CMA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cirurgia menor ambulatorial (cma)	-	-	-	-	-	-	34	34	68	220	220	220	796
Total	-	-	-	-	-	-	34	34	68	220	220	220	796

II.4 - Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT EXTERNO no ano de 2016 (âmbito exclusivamente ambulatorial)
O Centro de Referência oferecerá os serviços de SADT abaixo relacionados, na quantidade anual de 8.153 exames, a pacientes EXTERNOS ao Ambulatório no exercício de 2016, isto é, àqueles pacientes que foram encaminhados para realização de atividades de SADT por outros serviços de saúde, obedecendo ao fluxo estabelecido pela Secretaria Estadual da Saúde, nas quantidades especificadas:

SADT EXTERNO	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT		NOV	DEZ
Radiologia	-	-	-	60	150	240	300	300	300	300	300	300	2.250
Ultra-Sonografia	-	-	-	84	210	336	420	420	420	420	420	420	3.150
Métodos Diagn.em especialidades	-	-	-	71	282	282	353	353	353	353	353	353	2.753
Total	-	-	-	215	642	858	1.073	1.073	1.073	1.073	1.073	1.073	8.153

Os exames para apoio diagnóstico e terapêutico aqui elencados estão subdivididos de acordo com a classificação utilizada pela NOAS - Norma Operacional de Assistência à Saúde/SUS para os procedimentos do SIA/SUS - Sistema de Informação Ambulatorial e suas respectivas tabelas.

II.5 SERVIÇO ODONTOLÓGICO

ODONTOLOGIA	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT		NOV	DEZ
Primeira Consulta	-	-	-	-	120	240	240	240	240	240	240	240	1.800
Interconsulta	-	-	-	-	240	480	480	480	480	480	480	480	3.600
Total	-	-	-	-	360	720	720	720	720	720	720	720	5.400

II.6 ATENDIMENTOS EM GRUPOS (ACOMPANHAMENTO)

ATENDIMENTO EM GRUPO	1º SEMESTRE					2º SEMESTRE					TOTAL		
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT		NOV	DEZ
Grupos	-	-	-	44	88	88	88	88	88	88	88	88	748
Pacientes atendidos	-	-	-	440	880	880	880	880	880	880	880	880	7480
Total	-	-	-	484	968	968	968	968	968	968	968	968	8.228

III – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por esta determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras, a serem definidas.

Anexo Técnico II

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14 de novembro de 2013)

SISTEMA DE PAGAMENTO

1 - Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam, estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. A atividade assistencial da CONTRATADA subdivide-se em 05 (cinco) modalidades, conforme especificação e quantidades relacionadas no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, nas modalidades abaixo assinaladas:

- (X) Consulta Médica
- (X) Atendimento não médico
- (X) Cirurgia Ambulatorial
- (X) Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT Externo
- (X) Serviços odontológicos

1.1 As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da CONTRATADA.

2. Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da CONTRATANTE, conforme especificado no item 02 do ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços.

3. O montante do orçamento econômico-financeiro do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE, para o exercício de 2016 referente a custeio, fica estimado no valor de R\$ 7.989.500,00 (sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos reais) e compõe-se da seguinte forma:

LINHA DE CONTRATAÇÃO	%	VALOR
Consulta Médica	70%	5.592.650,00
Atendimento Não Médico	10%	798.950,00
Cirurgia Ambulatorial	5%	399.475,00
SADT EXTERNO	5%	798.950,00
Serviços Odontológicos	10%	399.475,00

4. Os pagamentos à CONTRATADA dar-se-ão na seguinte conformidade:

4.1 90% (noventa por cento) do valor mencionado no item 03 (três) serão repassados em 10 (dez) parcelas mensais, sendo:

MÊS	VALOR 90%
Janeiro	-
Fevereiro	-
Março	230.850,00
Abril	401.850,00
Mai	572.850,00
Junho	855.000,00
Julho	855.000,00
Agosto	855.000,00
Setembro	855.000,00
Outubro	855.000,00
Novembro	855.000,00
Dezembro	855.000,00
TOTAL	7.190.550,00

4.2 10% (dez por cento) do valor mencionado no item 03 (três) serão repassados mensalmente, juntamente com as parcelas, vinculadas à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valoração, de acordo com o estabelecido no Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade, parte integrante deste CONTRATO DE GESTÃO;

MÊS	VALOR 10%
Janeiro	-
Fevereiro	-
Março	25.650,00
Abril	44.650,00
Mai	63.650,00
Junho	95.000,00
Julho	95.000,00
Agosto	95.000,00
Setembro	95.000,00
Outubro	95.000,00
Novembro	95.000,00
Dezembro	95.000,00
TOTAL	798.950,00

4.3 A avaliação da parte variável será realizada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pelo AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE;

5. Visando o acompanhamento e avaliação do CONTRATO DE GESTÃO e o cumprimento das atividades estabelecidas para a CONTRATADA no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o dia 11 do mês, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pelo AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE.

5.1. As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;

5.2. As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros e dados do Sistema de Custos Hospitalares, serão encaminhadas via Internet, através do site www.gestao.saude.sp.gov.br, disponibilizado pela CONTRATANTE e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos;

5.3. O aplicativo disponibilizado na Internet emitirá os relatórios e planilhas necessárias à avaliação mensal das atividades desenvolvidas pelo AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES (AME) IDOSO OESTE e estabelecerá, através de níveis de acesso previamente definidos, a responsabilidade legal pelos dados ali registrados.

6. A CONTRATANTE procederá à análise dos dados enviados pela CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido na Cláusula 8ª do CONTRATO DE GESTÃO.

7. A cada período de 03 (três) meses, a CONTRATANTE procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do trimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no item 04 (quatro) deste documento.

8. Nos meses de Julho e Dezembro, a CONTRATANTE procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais realizadas pela CONTRATADA do semestre findo, verificando e avaliando os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades semestrais estabelecidas neste CONTRATO DE GESTÃO.

9. Da análise semestral referida no item anterior, poderá resultar uma re-pactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste semestral e anual do CONTRATO DE GESTÃO.

10. A análise referida no item 08 (oito) deste documento não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao CONTRATO DE GESTÃO em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela CONTRATADA e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades do hospital, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

II. 1 AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(Parte Variável do Contrato de Gestão)

Os valores percentuais apontados na tabela abaixo, para valoração de cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago, conforme especificado no item 4.2 (quatro dois) deste documento.

TABELA I – Para Contratos de Gestão para gerenciamento de Unidades exclusivamente Ambulatoriais e outros tipos de atividades

CONSULTAS MÉDICAS	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica
CONSULTAS MÉDICAS	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial - médica
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade ambulatorial – médica X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade ambulatorial – médica X orçamento do ambulatório (R\$)
ATENDIMENTO NÃO MÉDICO	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade atendimento não médico
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade atendimento não médico
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade atendimento não médico X orçamento do ambulatório (R\$)
CIRURGIA AMBULATORIAL	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade atendimento não médico X orçamento do ambulatório (R\$)
	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade de cirurgia ambulatorial
	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial
SADT EXTERNO	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade cirurgia ambulatorial X orçamento do ambulatório (R\$)
	Acima do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade SADT
ODONTOLOGIA	Entre 85% e 100% do volume pactuado	100% do peso percentual da atividade SADT
	Entre 70% e 84,99% do volume pactuado	90% do peso percentual da atividade SADT X orçamento do ambulatório (R\$)
	Menos que 70% do volume pactuado	70% do peso percentual da atividade SADT X orçamento do ambulatório (R\$)

Anexo Técnico III

(a que se reporta o Anexo I, da Resolução SS - 120, de 14 de novembro de 2013)

INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Com o passar do tempo, a cada ano, novos indicadores são introduzidos e o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna este indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados, desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porém já não têm efeito financeiro.

IMPORTANTES: Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 2º, ou no 3º ou no 4º trimestres. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação a cada Ambulatório serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.

A cada ano é fornecido um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do CONTRATO DE GESTÃO.

PRÉ- REQUISITOS:
PERDA PRIMÁRIA
TAXA DE ABSENTEÍSMO
TAXA DE CANCELAMENTO CIRURGIA
ÍNDICE DE RETORNO
ALTA GLOBAL
INDICADORES VALORADOS 2016

INDICADORES	TRIMESTRES			
	1º	2º	3º	4º
Comissão de Revisão de Prontuários	-	10%	10%	10%
Política de Humanização	-	20%	20%	20%
Tempo Médio em Reabilitação Gerontológica	-	20%	20%	20%
Qualidade na Informação	-	50%	50%	50%

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Despachos do Coordenador De 22-1-2016

Despacho CSS: 659/2016

Interessado: Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos
Assunto: Recurso – penalidade de multa aplicada em face de Embramac Empresa Brasileira de Materiais Cirúrgicos Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda.

Processo: 001.0128.000.758/2015
Isto posto, conhecido do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, haja vista que a decisão anteriormente proferida foi motivada e fundamentada pelas razões supra mencionadas, bem como os termos apresentados em recurso não afastarem o inadimplemento contratual cometido pela interessada. Fica mantida a decisão do Dirigente da Unidade publicada no D.O. de 15-01-2016, que houve por aplicar a penalidade de multa no montante de R\$ 5.280,00 à empresa Embramac Empresa Brasileira de Materiais Cirúrgicos Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda. - CNPJ 51.285.641/0009-28 - referente a 30% sobre o valor da obrigação não cumprida na entrega dos materiais tangentes à ARP 110/2015, calculados na forma determinada pela Resolução SS-26, de 06/02/90. Fica concedido o prazo de 30 dias para recolhimento; sujeitando-se à inscrição do débito em sistema de dívida ativa, além de registro junto ao Cadin e Caufesp no caso de não pagamento no prazo concedido.

De 26-1-2016

Despacho CSS: 947/2016

Interessado: Hospital Regional de Assis
Assunto: Recurso – penalidade de multa aplicada em face de Embramac Empresa Brasileira de Materiais Cirúrgicos Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda.

Processo: 001.0250.000.910/2015
Isto posto, conhecido do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, haja vista que a decisão anteriormente proferida foi motivada e fundamentada pelas razões supra mencionadas, bem como os termos apresentados em recurso não afastarem o inadimplemento contratual cometido pela interessada. Fica mantida a decisão da Sra. Dirigente da Unidade publicada no D.O. de 27-01-2016, que houve por aplicar a penalidade de multa no montante de R\$ 1.100,00 à empresa Embramac Empresa Brasileira de Materiais Cirúrgicos Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda. - CNPJ 51.285.641/0009-28 - referente a 10% sobre o valor da obrigação não cumprida na entrega dos materiais tangentes à ARP 110/2015, calculados na forma determinada pela Resolução SS-26, de 06/02/90. Fica concedido o prazo de 30 dias para recolhimento; sujeitando-se à inscrição do débito em sistema de dívida ativa, além de registro junto ao Cadin e Caufesp no caso de não pagamento no prazo concedido.

II.2 AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL

(Parte Fixa do Contrato de Gestão)

1. Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, que ocorrerão nos meses de Julho e Dezembro.

2. A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme explicitado nas Tabelas que se seguem. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no ANEXO TÉCNICO I - Descrição de Serviços e gerarão uma variação proporcional no valor do pagamento de recursos a ser efetuado à CONTRATADA, respeitando-se a proporcionalidade de cada tipo de despesa especificada no item 03 (três) deste documento.

De 25-2-2016

Despacho CSS: 963/2016

Interessado: Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis

Processo: 001.0247.000265/2015

Assunto: Prestação de serviços de limpeza hospitalar